

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2018

PROCESSO Nº 0142/2018

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo destina-se à contratação de empresa para o fornecimento do objeto abaixo descrito, e será realizado através de Dispensa de Licitação com Cotação Eletrônica, **com disputa por lote:**

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 2.1. Contratação de Empresa Especializada para a Elaboração de Laudo Técnico de Inspeção Predial (LTIP), a fim de obtenção de Certificado de Inspeção Predial (CIP), do Edifício Negrinho do Pastoreio (prédio este com 19 pavimentos), situado na Rua General Andrade Neves, 175, Bairro Centro Histórico, Porto Alegre, conforme especificações técnicas contidas neste projeto básico – Anexo I.

3. DA PROPOSTA

- 3.1. A elaboração da proposta deverá ser feita em campo eletrônico específico.
- 3.2. **Recebimento das propostas Lote:** até às 14h00min do dia 03 de dezembro de 2018
- 3.3. **Abertura das propostas Lote:** às 14h01min do dia 03 de dezembro de 2018
- 3.4. **Início da Sessão Lote:** 14h10min do dia 03 de dezembro de 2018
- 3.5. **Prazo para entrega do laudo:** Até dia 10/12/2018, (prazo estipulado pela SMURB para protocolização de LTIP), no BADESUL - Rua Andrade Neves, 175 – 11º Andar – Centro Histórico – Porto Alegre/RS, CEP 90010-210, na Superintendência de Administração do Badesul.
- 3.6. **Horário de entrega:** A entrega deverá ser feita, estritamente, durante o horário de funcionamento do BADESUL, de segunda à sexta das **12h00min às 18h00min.**

O dia e horário devem ser previamente agendados no telefone 3284-5537.

- 3.7. **Condições de pagamento:**
- 3.7.1. 80%, em até 07 (sete) dias úteis a contar da protocolização do objeto, mediante apresentação do cartão de protocolo e da Nota Fiscal, Fatura e Duplicata.
- 3.7.2. 20%, em até 07 (sete) dias úteis, na conclusão dos trabalhos a contar do recebimento do Certificado de Inspeção Predial, mediante a apresentação de Nota Fiscal, Fatura e Duplicata.
- 3.8. **Validade da proposta:** 30 dias, a contar da data de abertura das propostas.
- 3.9. **Local em que o Laudo tem que ser protocolado:** Secretaria Municipal de Urbanismo - SMURB – Av. Siqueira Campos, 805-Porto Alegre / RS, após o aceite do Badesul.
- 3.10. **Frete, impostos e taxa de ART inclusos.**
- 3.11. Os preços são líquidos e finais, atendidas as disposições constantes do Termo de Dispensa, incluindo todos os impostos, seguros, taxas, contribuições sociais e quaisquer outras despesas relacionadas com o objeto da presente licitação.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Não poderá participar desta licitação, empresa enquadrada em qualquer das seguintes hipóteses:
- 4.1.1. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado do Badesul;
- 4.1.2. suspensa pelo Badesul;
- 4.1.3. declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Estado do Rio Grande do Sul, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 4.1.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 4.1.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 4.1.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

- 4.1.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 4.1.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 4.2. Que se enquadre em impedimentos contidos em normativos internos do Badesul.
- 4.3. Aplica-se a vedação prevista no item anterior, também:
 - 4.3.1. à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
 - 4.3.2. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - 4.3.3. dirigente do Badesul;
 - 4.3.4. empregado do Badesul cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - 4.3.5. autoridade do Estado do Rio Grande do Sul.
 - 4.3.6. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o Badesul há menos de 12 (doze) meses.
- 4.4. É vedada a participação sob forma de consórcio;
- 4.5. É vedada a subcontratação.
- 4.6. Que se enquadre em impedimentos contidos em normativos internos do Badesul.
- 4.7. Poderão participar da presente cotação os interessados que estiverem credenciados junto à Seção de Cadastro da Cecom – Central de Compras do Estado (www.cecom.rs.gov.br), na família correspondente, conforme identificado no respectivo sistema eletrônico, e que atendam a todas as exigências constantes deste Termo e seus anexos, sendo que o não atendimento de qualquer uma das condições implicará na inabilitação ou desclassificação da proposta.
- 4.8. Como requisito para a participação desta cotação eletrônica, deverá o fornecedor assinalar, em campo próprio do sistema, que tem pleno conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no presente Termo.
- 4.9. Será considerado vencedor da Cotação Eletrônica de Preços aquele

que apresentar, durante o período da Cotação, o lance de menor valor, sendo-lhe adjudicado o objeto, desde que atenda às respectivas especificações.

- 4.10. Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme a Lei Complementar Federal N.º 123/06.
- 4.11. Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar em campo próprio no Sistema Eletrônico de Compras, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s).
- 4.12. O BADESUL poderá anular ou cancelar a Cotação Eletrônica de Preços, total ou parcialmente, sem que disso resulte para o proponente direito a qualquer indenização ou reclamação.

5. DA NEGOCIAÇÃO

- 5.1. A empresa deverá permanecer na sala até o final da negociação e somente poderá sair dela quando liberada pelo administrador/pregoeiro.
- 5.2. Caso a empresa tenha dificuldades de conexão, por ocasião da negociação, deverá informar ao BADESUL.
- 5.3. Não efetuar a negociação no sistema será considerado como se a empresa estivesse desistindo de sua proposta.
- 5.4. No caso do item 5.3, a empresa será desclassificada e penalizada, nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC do Badesul e item 10 – Das Sanções Administrativas deste Termo de Dispensa.

6. DA EMPRESA VENCEDORA

- 6.1. A empresa declarada vencedora deverá estar em dia com as obrigações fiscais na data da cotação eletrônica, devendo comprovar regularidade, no prazo de 01 hora, no campo habilitação, com:
 - 6.1.1.1. Cópia da Cédula de Identidade, caso o licitante seja pessoa física;
 - 6.1.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 6.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.1.1.4. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 6.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 6.1.1.6. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 6.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, podendo ser substituído pela última alteração;
- 6.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - 6.3.1.1. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 6.3.1.2. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do Estado do Rio Grande do Sul, mediante apresentação da Certidão de Situação Fiscal, independente da localização da sede ou filial do licitante;
 - 6.3.1.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal na sede da licitante;
 - 6.3.1.4. Qualificação Técnica, nos termos do Anexo I – Projeto Básico, quando houver.
- 6.4. Se a empresa invocar o tratamento diferenciado para ME/EPP deverá encaminhar via campo eletrônico o seguinte documento:
 - 6.4.1.1. Prova de enquadramento em Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, registrada pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais, caso se tratar dessas espécies.

- 6.4.1.1.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar os documentos, mesmo que estes apresentem alguma restrição. (Lei Complementar nº 123/06).
- 6.4.2. Os itens Relativos à Habilitação Jurídica e Relativos à Qualificação Econômico-Financeira podem ser substituídos pelo Certificado de Fornecedor do Estado – CFE, comprovando registro(s) na(s) família(s) correspondente(s), com prazo de validade vigente, inclusive para a documentação nele contida.
- 6.4.2.1. Se o certificado estiver válido, mas uma das certidões estiver vencida, o mesmo não será aceito em substituição das referidas documentações e não deverá ser anexado ao sistema.
- 6.5. As referidas certidões serão consultadas eletronicamente pelo BADESUL devendo estar vigentes.

7. DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. A contratação será formalizada pela emissão de Contrato/Ordem de Compra (OC), que será comunicada ao adjudicatário.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. O objeto do presente contrato, caso esteja de acordo com as especificações do edital, será recebido:
- 8.1.1. Provisoriamente, por efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e
- 8.1.2. Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.
- 8.2. O objeto recusado será considerado como não entregue.
- 8.3. Os custos de retirada e devolução dos materiais recusados, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.
- 8.4. O objeto deverá ser entregue no local indicado no Projeto Básico.

9. DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado em até 10 dias (dez) da protocolização da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura pelo CONTRATADO.
- 9.2. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento do Contratado e,

nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

- 9.3. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante.
- 9.4. O CONTRATADO não poderá protocolizar a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura antes do recebimento do objeto por parte do CONTRATANTE.
- 9.5. Haverá a retenção de todos os tributos nos quais o Badesul seja responsável tributário.
- 9.6. O pagamento será efetuado por fornecimento efetivamente realizado e aceito.
- 9.7. Caso o objeto não seja fornecido fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.
- 9.8. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 69, inciso IX, da Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016;
- 9.9. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 9.10. Persistindo a irregularidade, o Badesul poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DOS PARTICIPANTES

- 10.1. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o contratante poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao contratado, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.
 - 10.1.1. advertência por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Badesul

- 10.1.2. multa;
- 10.1.3. até 0,5% sobre o valor da sua proposta, ao licitante que se comportar de modo inidôneo ou agir de má-fé;
- 10.1.4. até 1% sobre o valor da sua proposta, ao licitante que não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; deixar de entregar a documentação de habilitação exigida para o certame; apresentar documento falso; ou fizer declaração falsa;
- 10.1.5. até 5% sobre o valor da sua proposta, nos casos do licitante vencedor que, chamado para assinar, aceitar ou retirar o contrato, a Ata de Registro de Preços ou instrumentos equivalentes, no prazo de validade da sua proposta, não comparecer ou recusar-se injustificadamente, sem prejuízos de ser promovida contra o licitante faltoso a competente ação civil para ressarcir a BADESUL dos prejuízos causados;
- 10.1.6. até 10% sobre o valor da sua proposta, ao licitante que fraudar a licitação.
- 10.1.7. suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 2 (dois) anos, em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados:
- 10.1.8. por até **6 (seis) meses**, o licitante que se comportar de modo inidôneo ou agir de má-fé;
- 10.1.9. por até **1 (um) ano**, o licitante que, por dolo ou má-fé, não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; por dolo ou má-fé, deixar de entregar a documentação de habilitação exigida para o certame, prejudicando o Badesul apresentar documento falso; ou fizer declaração falsa;
- 10.1.10. Por até **2 (dois) anos**, o licitante vencedor que, chamado para assinar, aceitar ou retirar o contrato, a Ata de Registro de Preços ou instrumentos equivalentes, no prazo de validade da sua proposta, não comparecer ou recusar-se injustificadamente;
- 10.1.11. Por até **5 (cinco) anos**, o licitante que fraudar a licitação.
- 10.2. As penalidades previstas nos incisos 10.1.1 e 10.1.3 do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.
- 10.3. A sanção de suspensão leva à inclusão do licitante no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar – CFIL/RS.

- 10.4. A sanção de suspensão poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que:
- 10.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. A aplicação de penalidades não exime o licitante da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha a causar à BADESUL.

11. DO FUNDAMENTO LEGAL

- 11.1. Artigo 29, Inciso II, da Lei Federal 13.303/2016 e art. 57, II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC do Badesul, o qual se encontra publicado no site do Badesul: www.badesul.com.br.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor ou do prestador, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades estabelecidas.
- 12.2. A eventual rescisão do ajuste se dará nas hipóteses previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC do Badesul, não cabendo à Contratada direito a qualquer indenização.

Porto Alegre, 03 de dezembro de 2018.

Sirlei Ana Kieling Vallandro,
Superintendente de Administração.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2018

PROCESSO Nº 0142/2018

ANEXO I.

PROJETO BÁSICO

1.DO OBJETO

- 1.1. Contratação de Empresa Especializada para a Elaboração de Laudo Técnico de Inspeção Predial (LTIP), a fim de obtenção de Certificado de Inspeção Predial (CIP), do Edifício Negrinho do Pastoreio (prédio este com 19 pavimentos), situado na Rua General Andrade Neves, 175, Bairro Centro Histórico, Porto Alegre, conforme Decreto Municipal Nº 17.720 de 02/04/2012, que dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas na manutenção e conservação das edificações.

2.DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

- 2.1. **Solicitação da Superintendência de Administração, a fim de atender o objeto da Notificação nº 474022, da Secretaria Municipal de Urbanismo de Porto Alegre – SMURB, cópia em anexo.**

3.DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. A empresa deverá inspecionar e relatar o estado de estabilidade predial do Ed. Negrinho do Pastoreio, na Rua Gen. Andrade Neves, 175, Bairro Centro Histórico, executando:
- 3.1.1. Vistoria local para inspeção visual e relatório fotográfico;
 - 3.1.2. Estudo das causas das patologias verificadas se houverem, com indicação de solução técnica e descritiva dos serviços a serem realizados;
 - 3.1.3. Emissão de relatório técnico descritivo substanciado;
 - 3.1.4. Emissão do Laudo Técnico de Inspeção Predial – LTIP (formulário padrão SMURB);
 - 3.1.5. O relatório se desenvolverá nas seguintes etapas:

- 3.1.6. Diagnóstico;
- 3.1.7. Levantamento de dados e documentos;
- 3.1.8. Entrevista com administrador do prédio - histórico de intervenções;
- 3.1.9. Vistoria dos sistemas - nível de inspeção 1;
- 3.1.10. Verificação das deficiências - anomalias e falhas;
- 3.1.11. Classificação do grau de risco anomalias e falhas;
- 3.1.12. Estudo das Situações-Problemas;
- 3.1.13. Ordem de prioridades técnicas;
- 3.1.14. Recomendações ou orientações técnicas;
- 3.1.15. Avaliação de qualidade da manutenção;
- 3.1.16. Avaliação do uso da atividade da edificação;
- 3.1.17. Avaliação da segurança e pânico;
- 3.1.18. Descrição das patologias, Causas e Proposição de Soluções;
- 3.1.19. Conclusão e Recomendações
- 3.1.20. Elaboração do laudo de inspeção.
- 3.1.21. Emitir e recolher ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT.
- 3.1.22. Protocolar o Laudo Técnico de Inspeção Predial – LTIP, na Secretaria Municipal de Urbanismo – SMURB.
- 3.1.23. Acompanhar processo até a emissão do Certificado de Inspeção Predial – CIP.

4.DO VALOR DOS SERVIÇOS

- 4.1. O valor da proposta incluirá todos os custos necessários para a realização do objeto, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos, cópias, despesas com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/RS e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre o serviço.

5.DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 5.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA/RS ou CAU, acompanhado das respectivas Certidões de

Acervo Técnico – CAT, que comprovem que a Licitante executou serviço pertinente e compatível com o objeto.

- 5.2. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RS ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em nome da licitante.
- 5.3. Indicação do profissional de nível superior que executará o serviço, contendo o nome completo, título profissional de nível superior em Engenharia Civil ou Arquitetura, registro no CREA/RS ou CAU e natureza da relação profissional com a empresa licitante (sócio, empregado, subcontratado, etc.)

6.DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste edital serão classificadas pela ordem crescente dos preços propostos, considerando-se vencedor, dentre os qualificados, o licitante que apresentar o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, respeitado o critério de aceitabilidade dos preços.

7.DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:
 - 7.1.1. 80%, em até 07 (sete) dias úteis a contar da protocolização do objeto, mediante apresentação do cartão de protocolo e da Nota Fiscal, Fatura e Duplicata.
 - 7.1.2. 20%, em até 07 (sete) dias úteis, na conclusão dos trabalhos a contar do recebimento do Certificado de Inspeção Predial, mediante a apresentação de Nota Fiscal, Fatura e Duplicata.
- 7.2. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento do Contratado e deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.
- 7.3. O CONTRATADO não poderá protocolizar a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura antes do recebimento do objeto por parte do CONTRATANTE.
- 7.4. A liberação das faturas de pagamento por parte do Badesul fica condicionada à apresentação, pela CONTRATADA, de documentação fiscal correspondente à aquisição de bens e serviços relativos à execução do contrato, cujo prazo para dita exibição não deverá exceder a 30 (trinta) dias contados da data de suas

emissões, conforme o preconizado pelo Decreto nº 36.117, de 03 de agosto de 1995.

- 7.5. O BADESUL poderá reter do valor da fatura da CONTRATADA a importância devida, até a regularização de suas obrigações sociais, trabalhistas ou contratuais.
- 7.6. O pagamento será efetuado por fornecimento efetivamente realizado e aceito.
 - 7.6.1. A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:
 - 7.6.2. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato; ou
 - 7.6.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
 - 7.7. Caso o objeto não seja fornecido fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.
- 7.8. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 69, inciso IX, da Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016;
- 7.9. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 7.10. Persistindo a irregularidade, o Badesul poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.DA GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O gestor do contrato pelo BADESUL, a quem caberão os controles sobre as normas, cumprimento das cláusulas contratuais e gerenciamento das dúvidas ou de questões técnicas surgidas no decorrer da prestação de serviços do Contrato será atribuição da Superintendente de Administração.

9. DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A fiscalização dos serviços será realizada pela **Eng^a Sandra Berto**, que será o contato com a CONTRATADA, competindo-lhe comunicar as falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar a correção das mesmas, que deverão ser prontamente regularizadas.
- 9.2. Qualquer fiscalização exercida pelo Badesul será feita em seu exclusivo interesse e não implicará corresponsabilidade pela prestação de serviços contratados, sem que assista direito à CONTRATADA, eximir-se de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução dos serviços.
- 9.3. A fiscalização do Badesul verificará a qualidade da prestação dos serviços, podendo exigir substituição ou complementação quando não atender aos termos do que foi proposto e contratado, sem qualquer indenização pelos custos decorrentes.

10. DAS OBRIGAÇÕES

- 10.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste projeto básico, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Cumprir as especificações do objeto contidas neste Projeto Básico, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 11.2. **É Obrigatório que seja emitido a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – CREA/RS ou RRT - CAU/RS e recolhido o respectivo valor.**
- 11.3. **Após a execução das recomendações, deverá ser realizada nova vistoria para emissão de formulários padrão SMURB, com a apresentação de Laudo Técnico Conclusivo – LTC, ensejando a obtenção junto à SMURB do Certificado de Inspeção Predial – CIP**
- 11.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista, e de qualificação técnica e econômico-financeira porventura exigidas

- para a assinatura do contrato;
- 11.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto entregue, no qual se verifique vícios, defeitos ou incorreções;
- 11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando o Badesul autorizado a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.7. Assumir total responsabilidade por acidentes que possam ser vítimas seus empregados/prepostos, durante o período em que estiverem efetuando a vistoria “in loco”, nas dependências da contratante, bem como todo e qualquer dano que estes prepostos/empregados venham a causar às instalações e/ou a terceiros.
- 11.8. Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 11.9. Responsabilizar-se pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados.

12.DAS OBRIGAÇÕES DO BADESUL

- 12.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à Autoridade Administrativa para as providências cabíveis;
- 12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;
- 12.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- 12.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste contrato;
- 12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

13.DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 13.1. Executado o objeto, conforme previsto no Termo de Dispensa e no contrato, se houver, será recebido:
 - 13.1.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
 - 13.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- 13.2. Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.
- 13.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade por vícios ocultos, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, nos casos em que houver.

14.CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BADESUL

- 14.1. O CONTRATADO e o BADESUL comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.
- 14.2. Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, o CONTRATADO obriga-se, inclusive, a:
 - 14.2.1. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
 - 14.2.2. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Badesul na execução do objeto do presente Contrato;
 - 14.2.3. providenciar para que não sejam alocados, na execução do objeto do contrato, familiares de dirigente ou empregado do Badesul, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o

- terceiro grau;
- 14.2.4. observar o Código de Ética do Badesul vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Badesul e a Política Corporativa Anticorrupção do Badesul, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e
- 14.2.5. adotar, na execução do objeto do contrato, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.
- 14.3. O BADESUL recomenda, ao CONTRATADO, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.
- 14.4. Verificada uma das situações mencionadas nos 16.2.1 e 16.2.2 desta Cláusula, compete ao CONTRATADO afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao BADESUL, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.
- 14.5. O CONTRATADO declara ter conhecimento do Código de Ética do Badesul, bem como da Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Badesul e da Política Corporativa Anticorrupção do Badesul, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico www.badesul.com.br ou requisitados ao Gestor do Contrato.
- 14.6. Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do BADESUL ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: e-mail: ouvidoria@badesul.com.br; e telefone (08006425800).

15.DAS SANÇÕES

- 15.1. A CONTRATADA sujeita-se às seguintes sanções:
- 15.1.1. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Badesul;
- 15.1.2. Multa:

- 15.1.2.1. moratória de até 0,03% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, considerando que, caso a obra, o serviço ou o fornecimento seja concluído dentro do prazo inicialmente estabelecido no contrato, o valor da multa será devolvido após o recebimento provisório;
- 15.1.2.2. moratória de até 0,03% por dia de atraso injustificado frente ao prazo final da obra, do serviço ou do fornecimento calculado sobre o valor total da contratação, subtraindo os valores já aplicados de multa nas parcelas anteriores;
- 15.1.2.3. compensatória de até 1% calculado sobre o valor total da contratação pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente; pela execução em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência; ou por agir com negligência na execução do objeto contratado;
- 15.1.2.4. compensatória de até 5% calculado sobre o valor total da contratação pela inexecução parcial; e
- 15.1.2.5. compensatória de até 10% calculado sobre o valor total da contratação pela inexecução total.
- 15.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Badesul, pelo prazo de até 2 (dois) anos, em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados:
 - 15.1.3.1. por até 3 (três) meses, quando houver o descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente; pela execução em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência; ou por agir com negligência na execução do objeto contratado;
 - 15.1.3.2. por até 6 (seis) meses, quando houver o cometimento reiterado de faltas na sua execução; ou pelo retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de fornecimento de bens ou de suas parcelas;
 - 15.1.3.3. por até 8 (oito) meses, quando houver a subcontratação do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, por forma não admitida no contrato;
 - 15.1.3.4. por até 1 (um) ano, quando houver o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores; ou der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 15.1.3.5. por até 2 (dois) anos, pela paralisação da obra, do serviço ou do

fornecimento do bem, sem justa causa e prévia comunicação ao fiscal do contrato; pela entrega, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria ou material falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso; praticar atos fraudulentos durante a execução do contrato ou cometer fraude fiscal; ou der causa à inexecução total do contrato.

- 15.2. As sanções decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.
- 15.3. A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 15.4. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação, podendo o Badesul descontá-la na sua totalidade da garantia.
- 15.5. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada ou se não puder ser descontada desta, além da perda da garantia, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Badesul ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 15.6. A suspensão temporária poderá ensejar a rescisão imediata do contrato pelo Diretor da área gestora do mesmo, desde que justificado com base na gravidade da infração.
- 15.7. A sanção de suspensão poderá também ser aplicada à CONTRATADA ou aos seus profissionais que:
 - 15.7.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.7.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do contrato;
 - 15.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATADA em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.8. A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar à CONTRATANTE.
- 15.9. A sanção de suspensão leva à inclusão da CONTRATADA no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar – CFIL/RS.
- 15.10. Autuado o processo administrativo sancionador, a CONTRATADA

será notificada pelo Badesul, através de ofício contendo a descrição sucinta dos fatos e as sanções cabíveis, e terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia, contados do recebimento da correspondênciaa correspondência.

- 15.11. No prazo para apresentação da defesa prévia, caso a CONTRATADA concorde com as sanções cabíveis, poderá optar em recolher a multa mencionada na correspondênciaa correspondência, encaminhando o comprovante de recolhimento para ser juntado ao processo.
- 15.12. As notificações à CONTRATADA serão enviadas pelo correio, com Aviso de Recebimento, ou entregues à CONTRATADA mediante recibo, ou em caso de mudança de endereço ou recusa de recebimento, publicadas no Diário Oficial, quando começará a contar o prazo para manifestação.
- 15.13. A decisão sobre a aplicação da penalidade será notificada à CONTRATADA por meio de ofício, concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do seu recebimento para interposição de recurso hierárquico, que terá efeito suspensivo.
 - 15.13.1. O recurso não será conhecido pelo Badesul quando interposto: fora do prazo;
 - 15.13.2. por quem não seja legitimado;
 - 15.13.3. após exaurida a esfera administrativa.